

## Límites de los gobiernos progresistas: el caso brasileño

### The Limits of Progressive Governments: The Case of Brazil

### Limites dos governos progressistas: o caso brasileiro

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO JR.\*

---

**RESUMEN:** El artículo discute los límites estructurales que los gobiernos progresistas latinoamericanos enfrentaron para promover políticas para superar las desigualdades sociales y la dependencia externa. Sin cambiar la doble articulación que caracteriza al capitalismo dependiente - la segregación social y la dominación imperialista -, los gobiernos progresistas actuaron sobre los efectos de los problemas y no sobre sus causas. Tomando como ejemplo el caso brasileño, el trabajo criticará la falacia que afirma que los gobiernos de Lula da Silva y Dilma Rousseff tuvieron éxito, en medio de la crisis económica mundial, para reconciliar crecimiento y equidad. Al aceptar los parámetros del orden global, las administraciones del Partido de los Trabajadores de Lula e Dilma Rousseff reprodujeron el subdesarrollo. No es de extrañar que el llamado ciclo neodesarrollista haya terminado colocando de manifiesto la extrema fragilidad económica y social de Brasil ante las vicisitudes del sistema capitalista mundial.

**PALABRAS CLAVE:** *Gobiernos progresistas, capitalismo dependiente, Lula da Silva, Dilma Rousseff, neodesarrollismo.*

**ABSTRACT:** The article discusses the structural limits that Latin American progressive governments faced in order to promote policies to overcome social inequalities and external dependence. Without changing the double articulation that characterizes dependent capitalism - social segregation and imperialist domination - progressive governments acted on the effects of problems rather than on their causes. Taking as an example the Brazilian case, the article criticizes the a mistaken belief which states that the governments of Lula da Silva and Dilma Rousseff succeeded, in the midst of the world economic crises, to reconcile growth and income distribution. By accepting the parameters of the global order, the Workers Party administrations of Lula da Silva and Dilma Rousseff reproduced underdevelopment. It is not surprising that the so-called neo-developmental cycle ended up putting in evidence Brazil's extreme economic and social fragility to the vicissitudes of the world capitalist system.

**KEY WORDS:** *Progressive governments, dependent capitalism, Lula da Silva, Dilma Rousseff, neo-developmentalism.*

**RESUMO:** O artigo discute os limites estruturais que os governos latino-americanos progressistas enfrentaram para promover políticas para superar as desigualdades sociais e a dependência externa. Sem alterar a dupla articulação que caracteriza o capitalismo dependente - segregação social e dominação imperialista -, os governos progressistas agiram sobre os efeitos dos problemas e não sobre suas causas. Tomando como exemplo o caso brasileiro, o trabalho criticará a falácia de que os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff conseguiram, em meio à crise econômica global, conciliar crescimento e equidade. Ao aceitar os parâmetros da ordem global, as administrações do Partido dos Trabalhadores de Lula e Dilma Rousseff reproduziram o subdesenvolvimento. Não surpreende que o chamado ciclo neodesenvolvimentista tenha mostrado extrema fragilidade econômica e social do Brasil diante das vicissitudes do sistema capitalista mundial.

---

<sup>1</sup> Licenciado en Economía por la Universidad de São Paulo (USP). maestría y doctorado en economía y Profesor titular de economía en la Universidad de la Província de Campinas (Unicamp). <pasampaiojr@gmail.com>.

**PALAVRAS CHAVE:** *Governos progressistas, capitalismo dependente, Lula da Silva, Dilma Rousseff, neodesenvolvimentismo.*

**RECIBIDO:** 30 de enero del 2019. **ACEPTADO:** 23 de abril del 2019.

## I. INTRODUÇÃO

A desigualdade social é um fenômeno intrínseco ao modo de produção capitalista. O abismo entre ricos e pobres decorre da contradição irreduzível entre o caráter social da produção e a apropriação privada do excedente econômico. O crescente descompasso entre ampliação em espiral da riqueza e perpetuação de gigantescas carências sociais é, portanto, uma realidade inerente à relação capital-trabalho. (Marx, 1966; Jamenson, 2011) O fato é comprovado historicamente pela incapacidade secular do capitalismo de resolver as necessidades fundamentais da grande maioria da população mundial, a despeito dos saltos revolucionários nas forças produtivas. (Piketty, 2013).

A unidade necessária entre os processos de produção e distribuição implica que o padrão de desigualdade social de cada formação social seja historicamente determinado pelas condições objetivas e subjetivas que determinam a produtividade e a taxa de exploração do trabalho. Os determinantes da distribuição funcional (entre o capital e o trabalho) e pessoal (entre os indivíduos) da renda - em cada sociedade nacional são, assim, condicionados em cada momento histórico pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, pela estrutura técnica e financeira do capital que condiciona o padrão de concorrência intercapitalista e pela correlação de forças entre o capital e o trabalho na luta pela determinação dos salários. Dentro de tais parâmetros, a possibilidade de interferência nas condições que regem as desigualdades sociais depende fundamentalmente da intervenção do Estado na apropriação e alocação da renda, processos associados à estrutura tributária e à composição dos gastos públicos de cada sociedade nacional.

Nas formações sociais de origem colonial enredadas no círculo de ferro da dependência e do subdesenvolvimento, a desigualdade social inerente ao capitalismo é extrema. O baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, a transferência de recursos para o exterior decorrente da posição subalterna no sistema capitalista mundial e a presença de uma imensa proporção do exército industrial de reserva condenado à pauperização levam ao paroxismo o descompasso entre riqueza e pobreza. Sem a superação dos determinantes estruturais do círculo vicioso da pobreza, é limitadíssima a possibilidade de mitigar os efeitos da desigualdade social pela intervenção direta do Estado na distribuição do excedente social, sobretudo quando se leva em consideração que à concentração da riqueza corresponde correlata concentração do

poder político. O controle do Estado por plutocracias ultra egoístas cristaliza-se numa estrutura particularmente regressiva de arrecadação e utilização dos recursos públicos que deixa baixíssima margem de manobra para a transferência de renda e a realização de políticas sociais voltadas para a população carente. As sociedades que ficaram sob o controle de burguesias dependentes que a condenam ao circuito de ferro do subdesenvolvimento revelam-se, assim, particularmente hermética às pressões democratizantes das classes subalternas.

Não obstante a continuidade da dupla articulação responsável pelo caráter dependente do capitalismo brasileiro, o aprofundamento da modernização baseada na cópia dos padrões de consumo das economias centrais e a permanência do Plano Real, política econômica que estimula a especialização da economia na divisão internacional do trabalho e incentiva os ganhos rentistas, circunstâncias muito particulares permitiram que entre 2001 a 2014 o Brasil combinasse crescimento, aumento salarial, redução da pobreza e certa diminuição da concentração pessoal de renda. A intensificação deste aparente “círculo virtuoso” a partir de 2004 levou os governantes da época - Lula da Silva e Dilma Rousseff - a propagandear que, em plena ofensiva de um capitalismo selvagem particularmente concentrador de renda em escala global, marchando contracorrente, o Brasil teria encontrado a fórmula mágica de, sem enfrentar nenhuma das causas estruturais da desigualdade social, combinar crescimento econômico com equidade social.

O objetivo deste texto é discutir os limites objetivos que o capitalismo dependente impõe às políticas de caráter redistributivas e examinar a especificidade dos governos progressistas de Lula e Dilma. Além desta introdução, a exposição será desdobrada em mais quatro partes. Na próxima, seção, ii, apresentaremos as estruturas e os dinamismos do capitalismo dependente. Na seção iii, faremos um sintético balanço das principais decisões dos governos petistas. Na seção iv, discutiremos por que as esperanças de que os governos do PT representariam uma mudança de qualidade na sociedade brasileira não vingaram. Por fim, na seção v, criticaremos o mito de que os governos de Lula e Dilma teriam conseguido combinar crescimento e equidade.

## II. ESTRUTURAS E DINAMISMOS DO CAPITALISMO DEPENDENTE

O capitalismo dependente é uma formação social *sui generis*. Elo fraco da economia mundial, seu movimento, mesmo possuindo características próprias, está sobre-determinado pelas vicissitudes de um todo maior, condicionado, em cada momento histórico, pelo caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em escala global. Impotente para gerar as dinâmicas econômicas necessárias para a internalização de todas as fases do circuito de valorização do capital, o movimento

do capitalismo dependente é complexamente determinado pelas tendências que imanam do capitalismo central e pelos processos adaptativos internos que definem o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento capitalista. As potencialidades de sua economia como instrumento de desenvolvimento de uma sociedade nacional encontram-se, em consequência, delimitadas por tal condicionamento. De um lado, a situação de dependência gera mecanismos de “satelitização” que submetem a economia dependente às exigências do elo forte. Em “Subdesenvolvimento e classes sociais”, Florestan Fernandes sintetiza a questão com muita clareza, enfatizando as tendências que regem a produção, a distribuição e a circulação do capital no capitalismo dependente:

Trata-se de uma economia de mercado capitalista constituída para operar, estrutural e dinamicamente: como uma entidade especializada, ao nível da integração do mercado capitalista mundial; como uma entidade subsidiária e dependente, ao nível das aplicações reprodutivas do excedente econômico das sociedades desenvolvidas; e como uma entidade tributária, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual ela aparece como uma fonte de incrementação ou de multiplicação do excedente econômico das economias capitalistas hegemônicas (Fernandes, 1981, p. 36.).

De outro lado, o impacto diferenciado das revoluções produtivas e mercantis irradiadas dos polos avançados do capitalismo sobre o parque produtivo da economia dependente leva à conformação de uma base material precária, marcada por fortes heterogeneidades e permanentemente sujeita a crises catastróficas de reversão estrutural. A combinação de forças produtivas em diferentes idades históricas dá lugar a um ambiente econômico medíocre que coloca bloqueios à monopolização do capital e, pelos seus efeitos perversos sobre a correlação de forças entre capital e trabalho, deprime sistematicamente as o nível tradicional de vida dos trabalhadores. Paradoxalmente, são tais expedientes que, ao compensar o circuito de indeterminação gerado pelo estado de incerteza estrutural em relação ao horizonte de investimento, permitem mitigar a instabilidade econômica radical que caracteriza a vida econômica e dotar o capitalismo dependente de uma tendência à autonomização que, no entanto, nunca se realiza. O problema central decorre do fato de que o capitalismo dependente não pode abrir mão de combinar forças produtivas em diferentes idades históricas o que compromete o desenvolvimento das forças produtivas, atrofia a estrutura técnica e financeira o capital e compromete a formação de uma conjuntura mercantil sólida e auto-referida.

A situação de dependência consubstancia-se na cristalização de um tipo de relação capital-trabalho incompatível com a internalização de todas as fases do circuito de valorização do capital. O problema fundamental reside no fato de que a reprodução de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho

e o controle dos elos estratégicos da economia pelo capital internacional geram um vazio socioeconômico que impede a consolidação de uma economia que possua existência autônoma e força própria, isto é, uma economia nacional capaz de controlar os fins e os meios do processo de desenvolvimento econômico. De um lado, a mobilidade espacial do capital internacional não permite que o mercado interno se afirme como instância estratégica da concorrência intercapitalista. Mais ainda. A presença dominante do capital internacional e os bloqueios a monopolização do capital levam à atrofia do capital local. De outro, a presença de um desequilíbrio estrutural na correlação de forças entre o capital e o trabalho bloqueia os mecanismos de socialização dos frutos do progresso econômico, restringindo o processo de ampliação e diversificação do mercado consumidor.

A fim de compensar a debilidade orgânica da estrutura de capital da burguesia dependente e o circuito de indeterminação gerado pelo estado de incerteza estrutural que afeta todos os agentes econômicos, as condições socioeconômicas do capitalismo dependente têm de ser manipuladas para que o espaço econômico possa não apenas oferecer um mínimo de segurança e previsibilidade ao cálculo econômico, como também criar uma série de mecanismos de transferência de renda que neutralizem, ao menos parcialmente, os elevados riscos derivados da instabilidade radical inerente às economias que ficam muito expostas aos efeitos desagregadores das revoluções mercantis e produtivas que se propagam das economias que fazem parte do núcleo dominante do sistema capitalista mundial.

A combinação de forças produtivas em diferentes idades históricas gera uma margem de segurança para o capital, cumprindo uma dupla função na economia dependente. De um lado, os circuitos de transferência de renda – da economia dependente para o exterior, dos setores “atrasados” para os “modernos”, e do campo para a cidade – oferecem uma série de compensações que neutralizam parcialmente os riscos de um meio interno extremamente adverso. A heterogeneidade estrutural, nesse sentido, é um dos pré-requisitos para que as economias dependentes assimilem as revoluções tecnológicas difundidas do centro hegemônico. De outro lado, os mecanismos de transferência de renda – que repousam em última instância na reprodução de mecanismos draconianos de exploração da força de trabalho (e implicam a dilapidação dos recursos naturais do país) – funcionam como um colchão amortecedor que protege os setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica. A heterogeneidade estrutural exerce, neste caso, a função de impedir que as transformações difundidas pelo centro provoquem a desestruturação dos setores que não têm condições de competir com os padrões de eficiência econômica que se propagam do centro capitalista. Nessas circunstâncias, o espírito burguês fica impregnado de um caráter ultra especulativo e uma natureza ultra-extorsiva. A reprodução de mecanismos de acumulação primitiva e a depredação do meio ambiente tornam-se uma

necessidade histórica do processo de valorização do capital. Em outras palavras, a força da burguesia dependente, seu verdadeiro “capital” para enfrentar os sobressaltos das revoluções produtivas e mercantis vindas de fora, é a possibilidade quase ilimitada de manipular as condições socioeconômicas internas a fim de perpetuar a superexploração do trabalho e a dilapidação dos recursos naturais do país.

A heterogeneidade do sistema produtivo compromete o papel da concorrência como meio de articulação da esfera econômica, pois a racionalidade econômica possível leva até mesmo as empresas mais modernas a exigirem suportes extra-econômicos para operar. Daí a origem de obstáculos que não permitem que as economias dependentes sustentem uma dinâmica de acumulação de capital autossustentada. Ao gerar um forte desequilíbrio na correlação de forças entre o capital e o trabalho, a presença de uma superpopulação relativa permanentemente marginalizada do mercado de trabalho impede que os aumentos na produtividade do trabalho sejam sistematicamente repassados ao salário. Compromete-se, assim, a possibilidade de aparecimento de mecanismos endógenos de socialização da riqueza que estão na base da expansão quantitativa e qualitativa do mercado interno. Ao assegurar a sobrevivência de forças produtivas obsoletas, a existência de um conjunto de expedientes para bloquear os processos de centralização de capitais termina por sacralizar a propriedade privada. Tolhe-se, assim, o papel da concorrência como mola propulsora do processo de destruição criadora que caracteriza as revoluções produtivas e mercantis impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista. Como as estruturas que condicionam a concorrência esvaziam os mecanismos econômicos de socialização dos ganhos de produtividade e de centralização dos capitais, a ordem econômica não tem condições de funcionar como motor endógeno de expansão das forças produtivas. Os bloqueios à inovação e difusão de progresso técnico geram, desse modo, um círculo vicioso que mantém a acumulação de capital no circuito de ferro do capitalismo dependente.

A incapacidade de os dinamismos econômicos transcenderem a dupla articulação significa que o desenvolvimento dependente não pode ser pensado como um processo impulsionado pelas contradições entre a progressiva socialização das forças produtivas e a apropriação privada dos meios de produção. Nessas circunstâncias, a incorporação de progresso técnico não é impulsionada pela necessidade de superar a tendência decrescente da taxa de lucro.

A presença de mecanismos de satelitização da economia e a politização de sua vida econômica tornam a autonomia relativa da esfera econômica do capitalismo dependente particularmente vulnerável às interferências da esfera política. A sobre-determinação da luta de classes sobre o processo de acumulação de capital faz com que o dinamismo da economia dependente seja um processo complexamente condicionado, por determinantes externos, associados ao caráter do desenvolvimento desigual do capitalismo em escala global, e por determinantes internos, relacionados tanto com as

decisões coletivas, de caráter essencialmente político, sobre como graduar a absorção das estruturas e dinamismo que se difundem dos polos desenvolvidos, como com as decisões dos agentes econômicos, baseadas no cálculo econômico, sobre como aproveitar as oportunidades de investimentos de cada conjuntura mercantil. Em outras palavras, o desenvolvimento dependente é determinado tanto pelo caráter do impacto das transformações difundidas pelo centro capitalista hegemônico sobre as estruturas internas das economias dependentes, como pelo tipo de resposta das forças sociais internas às mudanças que afetam a economia e a sociedade.

O sistema capitalista mundial dificulta a capacidade de as sociedades dependentes controlarem o seu tempo histórico porque as submete a padrões de eficiência econômica e a estilos de vida que estão muito além das potencialidades técnicas e mercantis de sua economia, ou seja, forçam-nas a absorver as revoluções econômicas e culturais de maneira anárquica antes que elas possuam os requisitos necessários para submeter as estruturas e os dinamismos sociais a controles sociais construtivos. Por um lado, o espaço econômico nacional é excessivamente permeável às revoluções na conjuntura mercantil e nas formas de organização da produção irradiadas das economias centrais. Por outro, as estruturas econômicas, sociais e culturais são extraordinariamente vulneráveis às transformações mercantis que se impõem de fora para dentro. Além disso, as sociedades dependentes defrontam-se com uma série de barreiras externas e internas que limitam sua capacidade de absorver e controlar as transformações capitalistas.

Em suma, o sistema capitalista mundial cria obstáculos ao desenvolvimento das economias periféricas de duas maneiras: porque a difusão desigual de progresso técnico restringe o acesso dos países dependentes ao patrimônio tecnológico da civilização ocidental; e porque seus princípios de organização e funcionamento exijam condições materiais, sociais, culturais e políticas que não existem nas regiões periféricas ou que não são aí encontradas nas formas necessárias para que o capitalismo possa desenvolver todo seu potencial construtivo. Neste contexto, o raio de ação dessas sociedades é historicamente determinado pelas estruturas e pelos dinamismos que estejam sendo transferidos do centro capitalista; pelas condições de acesso a tais transferências – o que depende das “exigências” do progresso técnico; e, finalmente, pelos impactos “estruturantes” e “de desestruturação” das tendências disseminadas pelo sistema capitalista mundial sobre as bases econômicas e sociais internas. Em poucas palavras, o contexto externo delimita o campo de oportunidades de as economias dependentes absorverem as estruturas produtivas das economias desenvolvidas a medida que os parâmetros técnicos da relação capital-trabalho e capital-produto estabelecem unilateralmente: (a) as possibilidades de incorporar a indústria de bens de produção - setores produtivos estratégicos para o funcionamento orgânico do sistema econômico; (b) a infra-estrutura necessária para a sua operação; (c) os requisitos técnicos e financeiros que são necessários para o capital possa realizar os investimentos; e, (d) o tipo de estrutura

quantitativa e qualitativa do mercado interno que, dada as economias de escala exigidas pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas, atende às exigências de rentabilidade mínima dos investimentos. Nessas condições, o grau de liberdade das sociedades periféricas é historicamente determinado pelo caráter do processo de difusão desigual de progresso técnico, o qual, por sua vez, é complexamente condicionado: (1) pelas características do desenvolvimento capitalista, que estabelece o padrão de eficiência e de mercantilização em escala mundial; (2) pelo caráter da ordem econômica internacional, que regula o sistema comercial, monetário e financeiro internacional; e (3) pela natureza do movimento de internacionalização de capital, que estabelece a natureza dos vínculos do capital internacional com os diferentes espaços econômicos nacionais

Contudo, como as transformações difundidas do centro precisam de suportes econômicos, socioculturais e morais que não podem ser artificialmente transpostos para a periferia, os condicionantes externos não são capazes de definir unilateralmente o movimento das sociedades dependentes. Por essa razão, o movimento da economia dependente é determinado, em última instância, pelo modo como a sociedade reage ao impacto dos dinamismos externos, negando-os, sancionando-os ou superando-os. Trata-se de um complexo processo social de reconstrução das estruturas e dinamismos capitalistas. A assimilação de progresso técnico difundido do centro capitalista depende da superação de deficiências técnicas, econômicas, socioculturais, institucionais e políticas; da adaptação das estruturas externas ao seu novo ambiente; da acomodação entre estruturas “novas” e “velhas”; bem como da rearticulação dos mecanismos econômicos e políticos de dominação externa. Logo, dentro do leque de possibilidades aberto pelo sistema capitalista mundial, o sentido, o ritmo e a intensidade do desenvolvimento dependem de decisões políticas internas sobre o modo de participar no sistema capitalista mundial. São tais decisões que estabelecem: a seleção das estruturas e dinamismos efetivamente internalizados; as condições em que elas são incorporadas; a natureza dos ajustes necessários para acomodar o “moderno” e o “atrasado”; bem como o caráter das relações de dependência externa. Por conseguinte, ainda que o contexto civilizatório exerça forte influência sobre as economias dependentes, em última instância, seu destino é decidido internamente. Tais decisões devem: harmonizar os interesses econômicos e políticos do capital internacional e das nações hegemônicas com os das classes dominantes internas; redefinir o tipo de vínculo entre setores “modernos” e “atrasados”; e perpetuar a passividade das classes dominadas diante a situação de subdesenvolvimento.

Em suma, o dinamismo do capitalismo dependente é induzido pelas tendências que se irradiam das economias centrais e calibrado internamente pela lógica adaptativa que preside o horizonte estratégico das burguesias dependentes. Nessas condições, o movimento da economia dependente não pode ser dissociado de processos que regem o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, pois, ao modificar as

relações de produção e a divisão internacional do trabalho, as revoluções produtivas e mercantis irradiadas das economias desenvolvidas repercutem sobre a correlação de forças responsável pela cristalização da economia mundial como um sistema hierarquizado de Estados nacionais.

A necessidade de perpetuar mecanismos de satelitização e bloqueios à elevação dos salários dá lugar a uma racionalidade capitalista *sui generis*, de acordo com a qual o capitalismo é aceito como forma de acumulação de riqueza, mas rejeitado como forma de convivência de uma comunidade nacional. Como a assimilação das estruturas e dinamismos que se propagam das economias centrais não pode ficar à mercê da lógica selvagem dos mercados, pois isto constituiria uma ameaça à própria sobrevivência do capitalismo, o Estado transforma-se em instrumento de defesa e de suporte incondicional da iniciativa privada. Cabe ao Estado compensar as debilidades que comprometem a capacidade de a iniciativa privada incorporar as transformações econômicas difundidas do centro, e arbitrar os ajustes internos necessários para viabilizar a convivência entre o “moderno” e o “atraso”. Além disso, o Estado tem a tarefa de mediar as relações com os centros imperialistas e servir de instrumento para congelar a história sempre que as classes dominantes temerem que o avanço do processo de modernização ameaça a estabilidade de seu poder – seja porque a burguesia dependente esteja sendo atropelada por transformações vindas de fora, seja porque seu poder esteja sendo contestado pela rebeldia das classes subalternas.

Dentro desta concepção, o dinamismo da economia dependente é graduado por um jogo de forças que polariza as classes dominantes em dois blocos de interesses, que disputam entre si o controle sobre o ritmo e a intensidade em que se deve dar a assimilação das transformações capitalistas: o “conservador” e o “modernizador”. Incapazes de enfrentar os obstáculos externos e internos responsáveis pelo subdesenvolvimento, os dois grupos divergem basicamente quanto ao grau de marginalização em relação ao processo de modernização difundido do centro capitalista que consideram toleráveis.

O limite da divergência entre estes dois polos é determinado por um critério político bem definido. O ritmo e a intensidade do processo de incorporação e universalização das transformações capitalistas devem estar subordinados ao objetivo maior de preservação do monopólio da força política das classes dominantes. Nem poderia ser diferente, pois esse é o único meio de que as burguesias dependentes dispõem para manter um mínimo de controle sobre um tempo histórico que, na realidade, não conseguem dirigir. Logo, o processo de “modernização do arcaico” e de “arcaização do moderno” têm de ser calibrado tendo em vista uma lógica política que se pauta por dois objetivos básicos: evitar que as disputas faccionais em torno do ritmo da modernização coloquem em risco a unidade das classes dominantes, ameaçando seu controle absoluto sobre os centros internos de decisão; e reproduzir a assimetria na correlação de forças que impede a emergência dos pobres como sujeitos políticos. Em outras pala-

vras, a racionalidade capitalista tem de responder às seguintes questões: a) no que diz respeito ao “aliado principal” - o imperialismo -, de que maneira selar a associação preservando o máximo de autonomia relativa dos “centros internos de decisão”; b) em relação ao “inimigo principal” - os setores populares e os condenados do sistema -, como neutralizar as pressões pela democratização da ordem social competitiva, compatibilizando a perpetuação da assimetria na correlação de forças com a estabilidade social e política necessária para o funcionamento da economia e a estabilidade da ordem; c) no que tange às formas de organização do Estado nacional, como conciliar suas funções universais e estratégicas com os interesses extremamente particularistas e de curto prazo das classes dominantes.

Como o padrão compósito da hegemonia burguesa está submetido a pressões contraditórias, torna-se inviável recorrer ao planejamento como instrumento para compensar a impotência da burguesia dependente e corrigir as irracionalidades do subdesenvolvimento. Tal fato origina-se na promíscua convivência de forças nacionalistas, que defendem a autonomização do país, com forças internacionalistas, que se batem pela perpetuação dos vínculos colonialistas; de segmentos interessados na perpetuação de tradicionalismos, que impõem rígida resistência à mudança, com grupos modernos, que exercem permanente influência inovadora.

Nestas circunstâncias, não é de estranhar que a “eficácia-limite” do capitalismo dependente fique muito aquém da que seria possível, mesmo tendo em conta os estreitos limites impostos pela situação de dependência e de subdesenvolvimento. A presença de representantes dos setores conservadores em posições estratégicas no aparelho de Estado reforça as resistências sociopáticas a mudanças. A racionalidade capitalista também é perturbada pela politização desnecessária de problemas técnicos tratando-os como questões ideológicas; ou pelo viés inverso, ou seja, a tendência a encarar problemas essencialmente políticos de forma técnica, ignorando os fatores sociais e políticos indispensáveis à viabilização das soluções propostas. Estas irracionalidades reduzem drasticamente a capacidade de as elites políticas avaliarem, com algum grau de realismo, os limites e as potencialidades do processo de mudança social. Elas estimulam, assim, o aparecimento de visões fantasiosas sobre a realidade e de soluções mirabolantes para os problemas nacionais, totalmente descoladas da realidade social.

Vê-se, portanto, por que, mesmo quando o ritmo de modernização é intenso, as estruturas fundamentais da sociedade colonial não desaparecem. Não é de estranhar que esse tipo de desenvolvimento tenha um alcance histórico bem limitado como instrumento de integração nacional. Por este motivo, Florestan Fernandes adverte que, ainda que o crescimento econômico seja um elemento estratégico do padrão de dominação, pois alimenta ilusões de melhor classificação social, o crescimento econômico não é uma solução para os problemas gerados pela dependência.

“Os povos que tentam essa saída e persistem nela, mesmo depois de descobrirem suas limitações, o fazem porque não possuem outros meios para forçar a melhoria do seu ‘destino histórico’ na civilização a que pertencem. No fundo, trata-se de uma saída cega e desesperada, tão irracional e improdutiva quanto seria combater a raiva mordendo-se o cão que a transmitisse”, afirma o autor (Fernandes, 1981, p. 174).

Em suma, como as burguesias dependentes não abrem mão de privilégios exacerbados, os esforços para combater as desigualdades sociais não podem avançar até o ponto em que a alteração na correlação de forças ameace a absoluta supremacia das classes dominantes, sobre a sociedade.

### III. AS ESPERANÇAS NÃO VINGARAM

Forjado nos embates contra a opressão política e a exploração econômica no início dos anos 1980, o PT cresceu e se fortaleceu no imaginário do povo brasileiro como um instrumento de luta por uma sociedade justa e soberana. Por esse motivo, quando chegou ao poder, a decisão de compor com as forças da ordem e simplesmente administrar o status quo gerou fortes reações entre os militantes comprometidos com a transformação social. A racionalização da burocracia petista, ecoada nos movimentos sociais que permaneceram presos à lógica do Lulismo, organizou-se em torno do discurso de que, por sua própria composição heterogênea, o caráter de classe do governo encontrava-se em aberto.

Treze anos no poder é tempo mais do que suficiente para fazer um balanço da suposta “disputa” do governo e patentear as opções de classe que nortearam as decisões e as omissões da gestão petista. O retrospecto é inequívoco. Em todos os embates decisivos, os governos do PT não hesitaram em renegar sua origem comprometida com a reforma da sociedade, dar as costas aos interesses da classe trabalhadora e cerrar fileiras com a ordem estabelecida.

O compromisso de subordinar a razão de Estado aos interesses estratégicos do grande capital, selado por Lula na famigerada Carta aos Brasileiros às vésperas da eleição de 2002, é o elemento-chave para compreender as possibilidades e os limites dos governos petistas como instrumentos estratégicos da dominação burguesa. Os compromissos estabelecidos na Carta aos Brasileiros foram cumpridos à risca. Antes mesmo da posse, a aceitação de nomes da confiança dos organismos internacionais e do chamado mercado para o comando do Banco Central, Tesouro Nacional e Secretaria da Receita Federal revelou a extrema docilidade das lideranças petistas à tutela do imperialismo e da plutocracia tupiniquim. Tal situação perdurou até o segundo mandato de Dilma, quando sob pressão das agências internacionais avaliação de risco, a presidente recém eleita com o mandato de não fazer ajuste em hipótese alguma indicou

Joaquim Levy, homem de confiança do maior banqueiro brasileiro, para o Ministério da Fazenda com carta branca para impor à sociedade brasileira um choque ortodoxo que levou à maior depressão da história moderna do país.

O compromisso de preservar a ordem e garantir a paz social fez com que os governos petistas dispusessem de reduzidíssima margem de manobra para atender às demandas da população.

A demissão de Marcelo Rezende da Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA -, nome indicado pelo Movimento dos Sem Terra - MST - e pela Comissão Pastoral da Terra - CPT -, logo no início do governo Lula, marcou simbolicamente a opção estratégica do PT pelo latifúndio. Nos anos seguintes, as políticas agrícolas e agrárias confirmariam a vitória dos ruralistas e dos grandes grupos econômicos que controlam o processo de produção e comercialização no campo. A aposta na competitividade espúria, baseada na superexploração do trabalho e nas vantagens naturais do território, como forma de conquista de mercados externos, levou à revitalização do agronegócio, liberando forças que reforçaram a concentração fundiária e o poder do grande capital financeiro sobre o campo. A riqueza dos irmãos Batistas, donos da JBS, a maior exportadora de carne do mundo, foi criada exatamente nos anos de Lula e Dilma. A liberalização do comércio exterior, sem nenhum cuidado com a preservação da autonomia alimentar da Nação, expôs os agricultores familiares à concorrência desigual com produtos importados. A dificuldade dos pequenos e médios produtores foi agravada pelo estímulo à modernização indiscriminada, sob os auspícios das grandes multinacionais que controlam os pacotes tecnológicos e biotecnológicos da agricultura capitalista. O total abandono da reforma agrária no governo Dilma, caracterizado pela paralisia das desapropriações, é o resultado inexorável desse processo.

A reforma da previdência social dos funcionários públicos, exigência dos organismos internacionais, que motivou, logo no início do governo Lula, uma rebelião de parlamentares petistas e grandes campanhas de protesto, constitui o divisor de águas definitivo que acabou com qualquer ilusão em relação ao caráter progressista do governo. A ofensiva sobre os direitos trabalhistas foi complementada com uma série de medidas que aprofundaram o processo de flexibilização e precarização do trabalho iniciado por FHC: emprego por tempo determinado; liberalidade na contratação de serviços braçais na forma de empresas jurídicas; jornadas móveis; Lei das Pequenas e Microempresas; desoneração da folha salarial; Lei de Falência. No segundo governo de Dilma, a ofensiva sobre o trabalho foi radicalizada restringindo as condições de acesso ao seguro-desemprego, pensão por morte, auxílio-doença e acesso à previdência social. A obsessão em reduzir o custo do trabalho revela a opção preferencial de Lula e Dilma pela superexploração do trabalho como galinha dos ovos de ouro do capitalismo brasileiro.

A expulsão dos parlamentares que se insurgiram contra a traição das bandeiras históricas do PT antes do primeiro ano de governo sacramentou a absoluta supremacia dos interesses do capital financeiro na definição das prioridades da política econômica. A opção neoliberal foi reafirmada pela manutenção das políticas de metas inflacionárias e superávits fiscais impostas por FHC por determinação do FMI – decisão que subordina a expansão da economia ao comportamento do mercado internacional, o crescimento do mercado interno às exigências da estabilidade monetária, a defesa da indústria nacional aos imperativos da liberalização comercial e o gasto público às exigências dos rentistas que vivem à custa da dívida pública. A escalada dos lucros das instituições financeiras durante o governo Lula é a prova material do poder absoluto que o capital financeiro exerceu sobre o Estado brasileiro. O aborto da intenção do governo Dilma de reduzir os juros, quando a economia caminhava para a recessão, deixou patente a inexistência de vontade política para enfrentar os interesses rentistas que estão no comando da política monetária, mesmo quando eles implicam reforço da tendência recessiva da economia e total desmoralização dos infundados sonhos neodesenvolvimentistas. A opção preferencial pelo grande capital ficaria, por fim, absolutamente explícita em 2013, quando pressionada pelas Jornadas de Junho a reforçar a política social, Dilma responde, tranquilizando o grande capital, de que reforçaria a política de ajuste fiscal. Em 2015, tal compromisso foi radicalizado com a adoção de um draconiano choque ortodoxo como meio de enfrentamento da crise econômica.

A preponderância da lógica dos negócios levou Lula, eleito com o compromisso explícito de interromper a entrega de patrimônio público, a promover novas rodadas mais ou menos disfarçadas de privatização. Em vez de reforçar o combalido orçamento das universidades federais, criou o Prouni, que transferiu grandes massas de recursos para universidades privadas de péssima qualidade. Em vez de reforçar o orçamento do SUS, o governo do PT foi pródigo em oferecer subsídios públicos, na forma de isenções e deduções fiscais, às operadoras e usuários de planos e seguros privados de saúde. O processo de privatização da saúde foi aprofundado no governo Dilma com a Emenda Constitucional 29 e com novas iniciativas, urdidas nas salas do Palácio do Planalto, para restringir o SUS basicamente a duas funções: a assistência a pessoas pobres e a cobertura de demandas negadas pelas operadoras privadas por serem muito caras – em frontal oposição aos princípios estabelecidos pela Constituição de 1988, que determinavam a organização de um Sistema Único de Saúde. Não espanta que nos últimos dez anos os gastos privados com saúde tenham superado os gastos públicos.

Em vez de garantir o monopólio do Pré-Sal e a totalidade do excedente petrolífero para o financiamento de políticas públicas, como faria um governo comprometido com as necessidades da população e a defesa dos interesses estratégicos da nação, Lula abriu a exploração de riqueza existente no Pré-Sal à sanha da iniciativa privada, nacional e internacional. A figura deslumbrada de Eike Batista é emblemática dos novos bilio-

nários criados nos anos de Lula-Dilma. Em vez de priorizarem investimentos públicos que contemplassem as necessidades estratégicas das grandes cidades – mobilidade urbana, habitação e saneamento básico –, os governos do PT mergulharam de cabeça nos negócios dos grandes eventos, promovendo uma verdadeira farra das empreiteiras, entre as quais se destacam a Copa do Mundo e Olimpíadas. O desperdício de dinheiro público com obras faraônicas, cujos orçamentos parecem um saco sem fundo, contrastou com a dificuldade insuperável para resolver a penúria crônica de recursos para as políticas sociais. No governo Dilma, a febre privatista foi reforçada. Cedendo à pressão do grande capital ávido por negócios de ocasião, rodovias, portos e aeroportos foram convertidos, sob a forma de parcerias público-privadas, em objetos de grandes negócios.

No início do governo Lula, a hesitação na homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol prenunciava uma total falta de vontade para cumprir os compromissos históricos do PT com os povos da floresta. Nos anos subsequentes, a cumplicidade do Estado petista com a escalada da violência contra o homem pobre que vive indefeso no meio da floresta, particularmente contra os povos indígenas, revelaria a tomada de partido a favor dos fazendeiros, madeireiras e mineradoras. A demissão de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente no segundo governo de Lula mostrava que nem mesmo os suaves contrapontos de um moderado ecocapitalismo seriam tolerados. A vitória da pirataria da floresta foi coroada no governo Dilma com a aprovação do Código Florestal. A Amazônia estava franqueada para uma nova ofensiva de depredação. Os povos da floresta ficaram sujeitos a novas ondas de violência. Não surpreende que a Senadora Kátia Abreu, liderança conservadora dos ruralistas, também conhecida como “rainha da motosserra”, pela sua defesa apaixonada do avanço do agronegócio sobre o Serrado e Amazônia, tenha se transformado numa das lideranças com maior prestígio e influência junto à presidente Dilma.

As opções de classe dos governos petistas também se tornam patentes no surpreendente e inexplicável imobilismo das autoridades constituídas na apuração dos crimes da ditadura militar. Na administração de Lula, o máximo que se fez foi reconhecer que as vítimas dos anos de chumbo mereciam alguma forma de indenização pecuniária. A constituição da Comissão Nacional da Verdade pela presidente Dilma não representou uma mudança qualitativa nessa orientação, que, na prática, sanciona a impunidade dos crimes contra a humanidade perpetrados pela ditadura. A Comissão não produziu um fato concreto capaz de levar às barras dos tribunais os militares, empresários e civis que colaboraram direta e indiretamente com prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e atentados. A covardia do governo petista para dismantelar o aparelho repressivo montado na ditadura militar é reveladora da força dos laços de continuidade que prendem a “democracia restrita” de hoje à “autocracia armada” de ontem. O prestígio e a posição proeminente de políticos, burocratas e militares da

ditadura militar junto à alta cúpula dos governos petistas, caso conspícuo de figuras como José Sarney, Delfim Netto e Paulo Maluf, é o epifenômeno da cumplicidade do governo petista com o padrão de desenvolvimento capitalista baseado na superexploração do trabalho e no controle do capital internacional sobre os setores econômicos estratégicos, padrão que se cristalizou em 1964, com a consolidação da ditadura do grande capital como uma contrarrevolução permanente. O entusiástico apoio de Lula às Unidades Policiais de Pacificação, uma verdadeira intervenção armada nas favelas, a criação da Força Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de apoiar os estados com dificuldade de garantir a ordem num contexto de crescente crise social, a violenta repressão às Jornadas de Junho de 2013 e às manifestações contra a Copa das Confederações e Copa do Mundo revelam que a escalada autoritária que ameaça os trabalhadores não foi interrompida pelos governos progressistas do PT. A falta de compromisso das administrações petistas com a erradicação do entulho autoritário foi coroada por Dilma, nos estertores de seu governo, com a aprovação da draconiana Lei Antiterrorista - uma exigência das Agências Internacionais de Avaliação de Risco - que criminaliza severamente o protesto social.

As decisões dos governos petistas na política exterior mal dissimulam a sua total e incondicional subserviência aos cânones da ordem global e às exigências do império norte-americano. Na busca desesperada por novos mercados e pela atração de capitais estrangeiros, a Presidência da República atuou ativamente para vender o Brasil como commodity pelo mundo afora. O prestígio internacional de Lula foi utilizado sem nenhum pudor, principalmente na América Latina e África, como delegado plenipotenciário dos grandes grupos empresariais, basicamente empreiteiras e bancos em busca de novos mercados nas franjas periféricas do sistema capitalista mundial. O discreto e vacilante apoio a Hugo Chávez, a tímida e tardia aproximação com Cuba, os flertes com o mundo árabe e a busca de uma relação econômica mais intensa com a Índia, Rússia e China responderam a interesses comerciais bem concretos e não devem gerar qualquer tipo de ilusão em relação à articulação de alternativas que pudessem significar qualquer tipo de ameaça à ordem global. Nos fóruns internacionais, Lula e Dilma atuaram como verdadeiros paladinos do liberalismo. Suas intervenções se restringiram a cobrar coerência à ordem global e exigir um aprofundamento da liberalização - felizmente sem nenhuma consequência prática. Nos bastidores, a diplomacia brasileira fez todas as concessões possíveis para obter um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na América do Sul, o Itamaraty fez o que pode para esvaziar a liderança de Chávez e evitar a qualquer custo que os ventos da revolução bolivariana pudessem contaminar o Cone Sul. O caso mais vergonhoso de submissão foi, sem dúvida, o envio de tropas ao Haiti para cumprir o odioso papel de gendarme de uma intervenção branca norte-americana para proteger um governo ilegítimo, corrupto e violento.

No plano ideológico, a ação dos governos petistas caracterizou-se pelo reforço do colonialismo cultural e da naturalização das desigualdades sociais. Antes mesmo da primeira eleição de Lula, o anúncio da já mencionada Carta aos Brasileiros, destinada a acalmar os mercados, já prenunciava o desespero de afastar qualquer desconfiança do grande capital, nacional e internacional, em relação ao bom comportamento do governo petista. A absoluta subserviência ao ideário da ordem global traduziu-se no esforço sistemático de Lula em negar seu passado “reformista” e legitimar todos os tabus impostos pelo neoliberalismo. Com a ansiedade de quem precisa mostrar serviço, Lula não teve nenhum escrúpulo em lançar mão de sua grande credibilidade junto às camadas populares para exaltar a sacralização dos contratos com as grandes empresas; a estabilidade dos preços como um fim em si; a austeridade fiscal e monetária como dogmas inquestionáveis da política econômica; o avanço sobre os direitos dos funcionários públicos (estigmatizados como privilégios corporativos); o capital internacional como parceiro estratégico e insubstituível do desenvolvimento nacional; a especialização primária como o caminho para a prosperidade; os Estados Unidos como guardião da ordem; enfim, o fim da história como um fato consumado que teria sepultado definitivamente qualquer veleidade de reformas estruturais.

A adesão incondicional ao imaginário da ordem global levou o governo petista a reforçar o colonialismo cultural, cuja expressão máxima é a exaltação da modernização dos padrões de consumo - a cópia dos estilos de vida e de consumo das economias centrais - como medida do sucesso da política econômica e do bem-estar da sociedade brasileira. A contrapartida necessária do reforço do colonialismo cultural foi a política deliberada, que atravessou todos os governos, de naturalização das desigualdades sociais, cuja essência consiste na propaganda ostensiva de que as medidas assistencialistas de combate à pobreza teriam transformado o Brasil em um país de classe média, quando todos os condicionantes estruturais da pobreza permaneceram absolutamente incólumes: o latifúndio, a favela, a presença de um contingente, equivalente a mais de 1/3 da população economicamente ativa, vivendo no subemprego ou simplesmente desempregado. Não por acaso, ignorando toda a tradição do pensamento crítico brasileiro, os governos petistas ressuscitaram o mito do crescimento econômico como solução para os problemas nacionais.

Finalmente, em junho de 2013, quando a revolta popular eclodiu em São Paulo e se alastrou pelo Brasil, fazendo emergir as terríveis contradições de uma modernização fútil e de uma política econômica que ignorava os interesses fundamentais da população, o governo do PT não hesitou em fechar fileira com o que havia de mais reacionário para garantir a paz social e a defesa do status quo. O pânico com a presença do povo nas ruas selou a transformação definitiva do PT em partido da ordem. Enquanto as ruas ardião, o comportamento de Fernando Haddad, Dilma Rousseff e Aloísio Mercadante - diletos pupilos de Lula - diante do clamor por mudanças radicais nas políticas

públicas foi emblemático do novo modo de ser do PT. A imagem de Fernando Haddad ao lado do governador Geraldo Alckmin no Palácio dos Bandeirantes, anunciando que financiaria a redução das tarifas de ônibus com cortes nos investimentos em saúde e educação, e, poucos dias depois, a figura circunspecta de Aloísio Mercadante, defendendo com unhas e dentes, a mando de Dilma, o compromisso inabalável do governo Federal com a austeridade fiscal, revelam o profundo divórcio entre a juventude trabalhadora que saía às ruas para lutar por direitos coletivos e o Partido dos Trabalhadores comprometido até o pescoço com o mundo dos negócios. Posta contra a parede pela população enfurecida que repudiava o fato de ter sido relegada à última prioridade das políticas de Estado, a liderança petista esmerou-se em engambelar o povo, tranquilizar o grande capital e convencer o grande irmão do norte de que aqui nas terras do Brasil tudo continuará como dantes.<sup>1</sup>

#### IV. DO REFORMISMO AO MELHORISMO

Evidentemente, os movimentos sociais não estão isentos de sua parcela de responsabilidade pela absoluta incapacidade de os governos Lula e Dilma cumprirem as promessas de mudanças sociais que despertaram tantas expectativas nos trabalhadores brasileiros, latino-americanos e de todo o mundo. Na hora da verdade, quando ficou claro que a população continuaria sob a rígida tutela dos organismos financeiros internacionais, as organizações dos trabalhadores não deflagraram um processo de mobilização social capaz de reverter a correlação de forças e obrigar os governos progressistas a cumprirem seu mandato de mudar o Brasil. O imobilismo da esquerda marca o fim de um ciclo de acumulação de forças baseado na ideia de que haveria substancial espaço para mudanças “dentro da ordem” e, portanto, de que seria possível combater a pobreza e a desigualdade social nos marcos do capitalismo.

Iniciada na segunda metade da década de setenta, após o esmagamento da resistência armada à ditadura militar, a nova fase de reorganização das forças populares baseava-se na formação de organizações de massa, independentes da burguesia, para disputar o espaço institucional. Imaginava-se que, combinando forte pressão “de baixo para cima” e luta para ocupar espaço nos aparelhos de Estado, os trabalhadores logriam progressivas conquistas. (FERNANDES, 1980a; e 1980b).

Sob a consigna de “fazer valer os seus direitos”, a luta política - polarizada em torno do Partido dos Trabalhadores (PT) -, a luta sindical - puxada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) -, a luta campestre - liderada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) - e as lutas urbanas - impulsionadas pelas pastorais sociais inspiradas na

<sup>1</sup> Uma detalhada crônica dos treze anos da economia política do PT encontra-se em Sampaio, Jr. (2017).

Teologia da Libertação – buscaram alcançar basicamente três objetivos: “criar direitos”, “fazer cumprir a lei” e “ocupar os aparelhos de Estado”. Para tanto, os instrumentos recém-criados combinavam intensa participação nas disputas eleitorais e formas de pressão social que algumas vezes ficavam nas franjas da legalidade burguesa. Por diferentes caminhos, todas as lutas desaguavam na esfera institucional.

A concepção de que existiam condições objetivas e subjetivas para compatibilizar capitalismo, democracia e soberania nacional partia de dois supostos fundamentais: a convicção de que o Brasil havia criado as bases materiais para a autodeterminação do desenvolvimento capitalista, e a crença de que, restabelecido o estado de direito, a luta de classes estaria baseada na busca do bem comum. Em outras palavras, predominava uma visão das possibilidades históricas segundo a qual não existiam obstáculos materiais intransponíveis nem bloqueios políticos insuperáveis para iniciar um processo efetivo de distribuição de renda. O capitalismo não condenava a população brasileira à dependência externa e à pobreza.<sup>2</sup>

Conduzido de cima para baixo, o processo de redemocratização redundou na institucionalização da contrarrevolução permanente instaurada pela ditadura militar. A derrota das “Diretas já”, em 1984, permitiu que o pacto de poder ultraconservador fosse recomposto, preservando o monopólio do poder político nas mãos da plutocracia. Assim, ainda que potencialmente ameaçada pelas pressões políticas e sociais que brotavam da base da sociedade, a democracia brasileira permaneceu “restrita” aos donos do poder. Não é de estranhar que a Nova República tenha sido totalmente incapaz de encaminhar as mudanças acalentadas pelas multidões que tomaram as ruas para exigir a volta dos militares aos quartéis. Os avanços sociais inscritos na Constituição de 1988, fruto da forte pressão dos movimentos sociais, não contradizem a afirmação anterior, pois, com pouquíssimas exceções, o proclamado “espírito cidadão” da nova Carta Magna nunca saiu do papel.<sup>3</sup>

A subordinação da vida econômica e social às exigências da ordem global, consolidada com a adesão do Brasil ao Consenso de Washington no início dos anos 1990s, deu início a um conjunto de contrarreformas que mudaram substancialmente a correlação de forças entre o capital e o trabalho.

Por um lado, a desarticulação do sistema econômico nacional provocou uma verdadeira metamorfose na burguesia brasileira, transformando-a de uma burguesia

<sup>2</sup> A interpretação da autodeterminação do capitalismo brasileiro encontra-se elaborada nos trabalhos da chamada Escola de Campinas, principalmente nos trabalhos de Cardoso De Mello (1982); Belluzzo e Coutinho (1998); e Tavares (1974); (1978); e (1981). A interpretação sobre o raio de manobra político das sociedades latino-americanas é sistematizada em Cardoso (1972). A crítica teórica à ideia de autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr. (1999), p. 17-34.

<sup>3</sup> Sobre o significado e as implicações da Nova República e do processo Constituinte, ver Fernandes, (1985); e (1989).

dependente, que possuía um relativo poder de barganha para negociar os termos da dependência, numa burguesia dos negócios, que vive à mercê dos humores do capital internacional e das vicissitudes da economia internacional. A primeira tinha seu poder real lastreado na industrialização por substituição de importações e gozava de relativa autonomia para controlar seu tempo histórico. A segunda vive do comércio internacional, da intermediação de venda de patrimônio nacional (público e privado) e do rentismo, fundado no endividamento externo e no endividamento público, sem controle algum sobre as variáveis fundamentais que determinam o sentido, o ritmo e a intensidade das transformações capitalistas. (GONÇALVES, 1999 e LACERDA, 2000)

Por outro lado, a crise da industrialização solapou as bases objetivas e subjetivas que impulsionavam a tardia emergência da classe operária no cenário político brasileiro. A destruição maciça de postos de trabalho, sobretudo nos segmentos mais nobres do tecido industrial, a precarização das relações de trabalho, a maior heterogeneidade da força de trabalho, o aumento exponencial do desemprego e do subemprego, o ataque sistemático às organizações independentes dos trabalhadores, o reforço ao individualismo, a acelerada disseminação da ideologia da concorrência e a profunda crise do movimento socialista minaram os mecanismos de solidariedade de classe e arrefeceram a disposição de luta dos trabalhadores. No momento em que a classe operária ensaiava seus primeiros passos autônomos na vida política nacional, a inflexão da conjuntura representou um duro golpe no processo de sua afirmação como classe independente. (Antunes, 2002).

Num contexto histórico marcado pela avassaladora ofensiva do capital internacional sobre a economia nacional e pela necessidade desesperada da burguesia brasileira de aumentar sua capacidade de manipular as condições sociais internas, como forma de compensar sua crescente impotência diante do imperialismo, o enfraquecimento do polo trabalho colocou em risco suas parcas conquistas sociais. Como explicitado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, era todo o arcabouço institucional montado na era Vargas que deveria ser destruído.

O ataque implacável aos direitos dos trabalhadores, a subordinação das políticas sociais à lógica do ajuste fiscal permanente e a criminalização dos movimentos sociais provocaram um refluxo no movimento de massas, colocando os trabalhadores brasileiros na defensiva. As forças comprometidas com a defesa dos interesses populares reagiram à nova situação de maneira diferenciada. Não é possível contar a história das lutas sociais nos anos noventas sem lembrar a heroica greve dos petroleiros e os enormes sacrifícios dos trabalhadores rurais Sem-Terra. No entanto, o combate ao avanço do neoliberalismo não foi o vetor dominante. No conjunto do movimento operário, predominou o pragmatismo. Tratava-se de minimizar os prejuízos da ordem global sobre os trabalhadores fazendo “o possível”, isto é, “aceitando o mundo como ele

é” e adaptando-se à nova situação, mesmo quando “o possível” significasse quase nada, nada, ou até mesmo, o que foi a regra, a eliminação de direitos sociais.

Assim, a estratégia de acúmulo de forças sofreu uma mudança qualitativa: a luta pela conquista de direitos “dentro da ordem” foi gradativamente substituída pelo “melhorismo”. Sem questionar a agenda do capital financeiro, tratava-se de buscar as soluções possíveis para os problemas das pessoas. Já não se lutava pela conquista de direitos coletivos que melhorassem as condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, mas por medidas concretas que compensassem a população desvalida pela falta de direitos. O rebaixamento da pauta política levou à desmobilização dos trabalhadores e aprofundou o processo de burocratização das organizações construídas na década de oitenta.

A conversão da CUT aos cânones do “melhorismo” é um exemplo emblemático da terrível pressão exercida pelas forças objetivas e subjetivas que empurravam o movimento social para uma dócil adaptação às exigências da ordem global. Sob o comando da tendência sindical liderada por Lula, que esmagou todos os adversários que se opuseram a sua estratégia de acomodação aos imperativos da ordem, a CUT abandonou o sindicalismo classista, responsável por sua conhecida combatividade, e aderiu incondicionalmente ao “sindicalismo de resultados”. Compactando com um padrão de acumulação que é antagônico aos interesses estratégicos da classe operária, os discursos e as ações passaram a priorizar a defesa pragmática do emprego, a obtenção de vantagens concretas para os trabalhadores do sindicato e o aproveitamento (coletivo e individual) das oportunidades de “negócios” e benesses abertas ao sindicalismo. As diferenças com as centrais rivais oriundas do velho sindicalismo, que há anos lançavam mão de tais expedientes, foram reduzidas a uma disputa de espaço entre burocracias sindicais pelegas e cada vez mais corruptas.<sup>4</sup>

Por iniciativa do chamado campo majoritário, comandado por Lula e José Dirceu, o PT começou sua adaptação aos novos tempos ainda no início dos anos noventa. No início, o giro para o “melhorismo” ficou parcialmente mascarado pela manutenção de uma retórica petista que preservava elementos reformistas.<sup>5</sup> Logo, as definições ficariam mais claras. Na segunda metade da década de noventa, a perspectiva de conquistar a presidência da República acelerou a conversão neoliberal do PT.

Permeável às pressões dos grandes meios de comunicação e dos grupos econômicos que financiavam suas operações eleitorais, o programa do partido foi sendo

<sup>4</sup> Interessante explicação sobre os processos que explicam a capitulação da burocracia sindical e do PT à ordem pode ser vista em Oliveira (2003); e Boito (2003).

<sup>5</sup> Além de alimentar, na população, a esperança de dias melhores, a camuflagem ideológica neutralizava as críticas da militância mais combativa e preservava a influência absoluta do Partido sobre os movimentos sociais, bloqueando qualquer possibilidade de uma alternativa política à esquerda com influência expressiva nas massas.

paulatinamente rebaixado. A defesa da luta social como forma de conquista de direitos universais, que constituía a essência do programa democrático popular, foi, aos poucos, substituída por um elenco de “programas sociais”, de caráter assistencial, inspirados nas políticas compensatórias do Banco Mundial.<sup>6</sup>

Capitalizando o sentimento de profunda insatisfação com os resultados catastróficos da abertura liberal para as condições de vida da população, insatisfação agravada pela estagnação que marcou o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, Lula chegou ao poder em condições muito particulares. O surpreendente sucesso das campanhas pelo Plebiscito da Dívida Externa em 2000 e pelo Plebiscito da ALCA em 2002 parecia indicar que o movimento de massas dava os primeiros passos para sair do longo estado de letargia em que estava imerso desde a traumática derrota de 1989. A votação consagrada de Lula reforçava o sentimento de que a população estava farta de neoliberalismo e desejava mudanças.

No entanto, o ciclo de acúmulo de forças que levou Lula à presidência não reunia poder político suficiente para enfrentar os grupos econômicos, externos e internos, que davam sustentação ao padrão de acumulação neoliberal. O desejo de mudança era difuso. A vitória de Lula não se dava em uma situação de intensa mobilização popular. O PT não havia amadurecido uma agenda política alternativa que pudesse orientar a transição para um outro padrão de desenvolvimento.<sup>7</sup> O governo era prisioneiro de um arco de alianças ultraconservador e corrupto. A população desconhecia o custo econômico, social e político de uma ruptura com o neoliberalismo e não se sabia se ela estava disposta a bancá-los. Nessas circunstâncias, para que a possibilidade de mudança se tornasse realidade, todos os atores teriam de superar-se. Não foi o que ocorreu. O pior comportamento ficou por conta do quartel general petista, o comandante supremo à frente.

A capitulação dos governos Lula e Dilma ao status quo foi um duro golpe na classe operária. Interrompendo um incipiente processo de retomada do movimento de massas, a negação da mudança gerou grande confusão e apatia no meio do povo. Nenhuma organização passou pelo desastre incólume. Todas sofreram traumáticos processos de fragmentação e divisão e muitas tiveram sua própria sobrevivência posta em questão. Mesmo assim, houve uma intensa atividade de resistência e protesto social, envolvendo um número considerável de pessoas. As contradições entre “revo-

<sup>6</sup> A controversa gestão de Antônio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto, depois replicada por Marta Suplicy em São Paulo, foi a experiência-piloto que serviu de modelo ao novo modo petista de governar.

<sup>7</sup> O programa de governo do PT para a campanha presidencial de 2002 era uma colcha de retalhos que combinava um neoliberalismo cor-de-rosa com um neodesenvolvimentismo envergonhado. A propósito, ver Sampaio Jr, P.S.A. (2001).

lucionários”, “reformistas” e “melhoristas” comprometeram a possibilidade de ações conjuntas e limitaram a eficácia da contestação social.

A destruição do PT e da CUT como instrumento de luta e a ruptura da unidade de classe que sustentou o acúmulo de forças iniciado na segunda metade da década de setenta foram, sem dúvida, os maiores serviços prestados pelo governo Lula à burguesia. O vazio político à esquerda permitirá um prolongamento indefinido da contrarrevolução permanente institucionalizada na transição do regime militar para o estado de direito. Enquanto uma nova unidade não for forjada, os movimentos populares amargarão, inexoravelmente, uma regressão corporativista e terão sua autonomia perigosamente vulnerável às pressões do poder econômico e político do Estado.

O balanço dos governos petistas no Brasil deixa patente os limites incontornáveis das mudanças dentro da ordem. Para evitar que a tragédia se repita como farsa é fundamental superar o programa de acumulação de forças das últimas três décadas. A aventura social-democrata não chegou a lugar algum. A transformação do Brasil exigirá uma outra radicalidade.

O capitalismo real, tal como ele existe no Brasil, na era do imperialismo total, é incompatível com a democracia e a soberania nacional. A burguesia brasileira depende do imperialismo e sobrevive às custas da reprodução permanente de mecanismos de acumulação primitiva que perpetuam a superexploração do trabalho. Nessas condições, o espaço para mudanças “dentro da ordem” é praticamente nulo. A democracia real, tal como ela existe no Brasil, não abre espaço para a transformação social. Ela funciona como mero ritual eleitoral que operacionaliza a alternância no poder entre as diferentes facções da burguesia, dando um verniz de legitimidade a um padrão de dominação que é, na sua essência, profunda e intrinsecamente antidemocrático. Para sair do impasse em que se encontra, o movimento socialista terá de radicalizar a crítica ao capitalismo e redefinir o modo de conceber a complexa dialética entre reforma e revolução.

## V. A FALÁCIA DO CRESCIMENTO COM EQUIDADE

Posta em perspectiva histórica, o balanço dos treze anos de governos progressistas no Brasil revela que a suposta relação entre crescimento e equidade foi superficial, parcial e fugaz, quando não pura e simplesmente enganosa.

Ainda que a política iniciada no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e intensificada por Lula e Dilma, tenha permitido um aumento real de 92% no poder de compra do salário mínimo entre 2001 e 2014, no final do período o poder aquisitivo do salário mínimo permanecia abaixo do nível atingido em 1966 e, segundo cálculos do DIEESE, 3,8 vezes abaixo do que seria preciso para comprar a cesta básica estabelecida em lei como o mínimo necessário para a reprodução da força de trabalho.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

Mesmo que as condições favoráveis propiciadas pela expansão do emprego e pelos mecanismos de transferência de renda através do programa Bolsa Família (com um gasto orçamentário irrisório de 0,5% do PIB) tenham permitido que quase 29 milhões de brasileiros saíssem da linha da pobreza extrema entre 2004 e 2014, bastou a economia entrar em crise para que, em apenas três anos, o contingente populacional com renda inferior à necessária para adquirir a cesta básica de alimento recomendada pela OMS aumentasse em quase 10 milhões, chegando ao patamar de 25 milhões em 2017 - 12% da população brasileira.<sup>9</sup>

Em comparação com a década de 1990, o aumento real da renda dos trabalhadores - de 36% no rendimento médio real efetivo das pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas entre 2002 e 2014 - foi, sem dúvida, para quem vive do próprio trabalho, uma melhoria tangível nas condições de vida, mas ficou bem muito aquém do necessário para reverter a baixíssima remuneração da força de trabalho. Apesar da vigorosa expansão do mercado de trabalho e da intensificação da mobilização sindical, no final do ciclo de governos petistas, praticamente quatro de cada cinco trabalhadores brasileiros ganhavam abaixo do salário necessário para comprar a cesta básica preconizada na Lei que criou o salário mínimo. O descompasso entre o ritmo de aumento real da renda dos trabalhadores ocupados - 2,4% ao ano - em relação ao crescimento do PIB no período - 3,7% ao ano - mostra que os mecanismos de concentração dinâmica da renda continuaram operando plenamente durante o ciclo de crescimento “neodesenvolvimentista”. Não surpreende que a melhoria na distribuição de renda e a propalada emergência de uma nova classe média tenham se revelado grandes falácias.

A utilização da redução do Índice de Gini (calculado a partir das informações de renda pessoal da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) como indicador de uma mudança qualitativa na desigualdade social foi precipitada. Dados sobre a tendência da distribuição funcional da renda indicam que, com pequenas flutuações conjunturais, entre 2001 e 2011, a participação do lucro e do trabalho na renda nacional permaneceu estabilizada em torno de 33% e 50,5%, respectivamente. (Neto e Saboia, 2014).

Estimativas da distribuição pessoal da renda derivadas de informações do imposto de renda revelam que a melhoria na distribuição pessoal da renda ficou circunscrita ao universo dos 90% mais pobres, pois, como seria de se esperar, os mecanismos de concentração da renda entre os 10% mais ricos continuaram operando plenamente. No final desse período, os 10% mais ricos aquinhoavam 55,3% da renda (54% no início); os 1% mais ricos detinham 27,8% da renda (25% no início); os 0,1%, que contemplam 142.500 mil pessoas, apropriavam-se de 14,4% da renda (11% no início); e os 0,001%, 1.425 indivíduos, ficaram com 3,9% da renda, praticamente dobrando sua participação

<sup>9</sup> <https://nacoesunidas.org/numero-de-pobres-no-brasil-tera-aumento-de-no-minimo-25-milhoes-em-2017-aponta-banco-mundial/>

no renda nacional. Em poucas palavras, o modesto progresso na posição dos 50% mais pobres, cuja participação aumentou de 11% para 12,3%, foi obtido às custas da redução na participação do segmento composto pelos 40% logo abaixo dos 10% mais ricos. (MORGAN, 2007 e MEDEIROS, 2015) Para além da efêmera mitigação da pobreza extrema e da modesta melhoria no poder aquisitivo dos salários, cujos avanços já começaram a regredir, não só o caráter extremo e persistente da desigualdade social não foi revertido como, ao aprofundar o processo de reversão neocolonial, as contradições inerentes ao crescimento nos marcos do subdesenvolvimento reforçaram os condicionantes responsáveis pela tendência estrutural à concentração da renda e da riqueza.

A crise terminal do processo de industrialização por substituição de importações, que implicou forte regressão das forças produtivas, desencadeou uma grande pressão para o rebaixamento do nível tradicional de vida dos trabalhadores. A desnacionalização da economia, patente no crescimento exponencial do passivo externo líquido, reforçou a necessidade de uma crescente transferência de recursos reais e financeiros ao exterior, exatamente no momento em que a maior dependência de commodities intensificou a tendência estrutural à deterioração dos termos de troca. A maior concentração e centralização do capital aumentou o poder dos monopólios sobre os setores estratégicos da economia brasileira e potencializou o controle rentista sobre o orçamento público. No campo, o avanço galopante do agronegócio revitalizou o latifúndio. A corrida desenfreada por terras, que atropela as nações indígenas e os povos quilombolas, agravou a concentração fundiária e a desnacionalização do campo. O avanço da terceirização e precarização do trabalho enfraqueceu a correlação de forças entre o capital e o trabalho. A debilidade do polo trabalho foi reforçada pela exaustão do ciclo de crescimento impulsionado pela bolha especulativa internacional e pela consequente configuração de uma estagnação econômica que elevou o subemprego e o desemprego aberto. O desequilíbrio das finanças públicas decorrente fundamentalmente dos gastos com o serviço da dívida pública e das gigantescas renúncias tributárias concedidas ao grande capital, reforçados pela adesão das autoridades ao regime de austeridade fiscal, colocou no horizonte o congelamento dos gastos sociais. Por fim, o reforço do mimetismo cultural como norte do padrão de acumulação levou ao paroxismo a discrepância entre as prioridades que determinam o funcionamento da economia e do Estado e as necessidades reais do conjunto da população.

Em suma, a persistência de um expressivo contingente populacional que vive na pobreza, a elevada proporção da população que ganha um salário insuficiente para comprar a cesta básica estabelecida na lei do salário mínimo e a grande vulnerabilidade da população carente às inflexões da economia e às mudanças na orientação da política fiscal revelam a ineficácia da estratégia de combate à pobreza e à desigualdade social dos governos petistas. Sem transformações estruturais que ataquem as causas

do problema - o papel estratégico da pobreza como fator determinante do rebaixado nível tradicional de vida dos trabalhadores -, é impossível vencer o círculo vicioso da pobreza, combater a desigualdade social e impedir a progressiva deterioração das condições de vida dos trabalhadores brasileiros.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R.A. (2002); *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- BOITO, A. (2003); *A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula*. In: *Crítica Marxista*, São Paulo: Revan, n. 17, 2003
- BELLUZZO, L.G. e COUTINHO, R. (1998) *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, 1982/1983, 2v.
- CARDOSO, F.H. (1972); *O modelo político brasileiro, Difusão Européia do Livro*.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. (1982); *O capitalismo tardio*, São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FERNANDES, F. (1976); *A Revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_, (1980a); *Movimento Socialista e Partidos Políticos*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_, (1980b); *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: Hucitec.
- \_\_\_\_\_, (1981); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- \_\_\_\_\_, (1985); *Nova República?* Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- \_\_\_\_\_, (1989); *A Constituição Inacabada: Vias Históricas e Significado Político*. São Paulo: Estação Liberdade.
- GONÇALVES, R. (1999); *Globalização e Desnacionalização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- JAMENSON, F. (2011); *Representing Capital: A reading of Volume One*. New York, Verso.
- LACERDA, A.C. (2000); *Desnacionalização: Mitos, Riscos e Desafios*. São Paulo, Contexto.
- MARX, K (1867); *O Capital: Crítica de la Economía Política*, vol. 1. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- MEDEIROS, M., SOUZA, P.H.G. e CASTRO, (2015); *O Topo da Distribuição de Renda no Brasil: Primeiras Estimativas com Dados Tributários e Comparação com Pesquisa de Domiciliares (2006-2012)*. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, no. 1.
- MORGAN, M. (2007); *Extreme and Persistent Inequality: New Evidence for Brazil Combining National Accounts, Surveys and Fiscal Data, 2001-2015*. WID.world Working Paper Series No. 201/12, August.
- NETO, J.H e SABOIA, J. (2014); *Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta de renda*. *Economia Aplicada*, vol. 18, no. 3. Ribeirão Preto, July/Sept.
- OLIVEIRA, F. (2003); *Crítica à Razão Dualista - O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo.
- PIKETTY, T. (2013); *Le Capital au XXIe siècle*, Paris, Édition du Seuil.

SAMPAIO JR, P. S. A. (1999); *Entre a Nação e a Barbárie*. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_, (2001); *Sem Rupturas, Outro Brasil Não é Possível*. In: *Revista dos Sem Terra*, nov./dez.

\_\_\_\_\_, (2017); *Crônica de uma crise anunciada: crítica à economia política de Lula e Dilma*, São Paulo, SG-Amarante.

TAVARES, M.C. (1974); *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, Campinas: mimeo, UNICAMP.

\_\_\_\_\_, (1978); *Ciclo e Crise*, Rio de Janeiro: mimeo, FEA/UFRJ.

\_\_\_\_\_, (1981); *Problemas de Industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos*. *Economía de América Latina*. *Revista de Información y Análisis de la Región*, México, n. 6, s.p. Mimeo.